

A elevação tributária paulista foi de 0% para 18%, no começo do ano, para os produtos para a saúde, e teve impacto não somente no Estado, mas também no país inteiro, conforme pesquisa feita pela Associação

Os associados da região Sul do país foram impactados com o aumento do ICMS nos produtos para a saúde praticado pelo governo Dória, em São Paulo. Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde, na reunião regional, em 16 de agosto, 94% das empresas afirmaram que o fim da isenção da alíquota paulista teve reflexo nos estados. Fato semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e estados da região Centro-Oeste. Em pesquisa também promovida com representantes destes estados, 86% afirmaram que a elevação para 18% no ICMS, em São Paulo, afetou os negócios e foi responsável pela alta de preços.

A relação comercial deletéria com hospitais e operadoras, que já era crônica, piorou durante a pandemia de Covid-19, e foi outra distorção apontada pelos representantes das empresas. As retenções de faturamento, quando hospitais de planos de saúde postergam pagamentos mesmo depois de procedimentos realizados, aumentaram, nos últimos meses, para 69% dos entrevistados. A média de autorização de faturamento é de 120 dias, mas alguns associados têm relatado que passam de seis meses.

Um dos associados lembrou que operadoras e hospitais chegam ao absurdo de ainda restringir o uso de produtos, mesmo que sejam necessários no procedimento médico. Outro executivo comentou que parou de atender o SUS por inviabilidade comercial e, no caso do setor privado, também tem constatado imposição de planos de saúde em realizar apenas um número x de angioplastias no mês, por exemplo, mesmo havendo maior necessidade. O presidente da ABRAIDI, Sérgio Rocha, destacou que relatos semelhantes têm ocorrido por todo o país e que inúmeras associadas deixaram de fornecer para o setor público. Um associado afirmou que teve que selecionar para quem iria fornecer os seus produtos para continuar trabalhando sem ter prejuízo. “Isso é triste e temos alertado para o problema há muito tempo em todos os fóruns em que participamos. Nada de concreto tem sido feito para mudar essa realidade, mesmo com denúncias em agências reguladoras, na CVM e entidades de classe. Em nosso negócio quem compra é quem define o valor que vai pagar. Um completo absurdo”, desabafou Rocha.

Outro questionamento feito pela pesquisa a ABRAIDI, durante a reunião, mostrou que as cirurgias eletivas, interrompidas durante a crise sanitária do coronavírus, retornaram apenas de forma parcial para 53% dos associados. Segundo 58% dos executivos, a volta à normalidade na vida empresarial no setor de saúde só ocorrerá no ano que vem. “A pandemia afetou o setor de forma muito impactante, diferentemente do que a sociedade erroneamente pensa”, contextualizou o diretor-executivo, Bruno Bezerra.

A ABRAIDI fez ainda uma enquete sobre o aumento do preço do frete por conta da redução da malha aérea que afetou 93% dos associados. Para 60% das empresas, o custo foi elevado em até

## Legismap Roncarati

94% das empresas associadas da Abraidi na Região Sul sofreram com o impacto do aumento do ICMS em São Paulo

---

30%. Segundo 20%, a alta ficou entre 31% e 75% e para 13% dos participantes, a pressão no preço do frete foi maior que 75%.

A reunião com os estados do Sul fechou os encontros regionais da ABRAIDI que tiveram o patrocínio da Diferencial Tributária.

**Fonte:** [Abraidi](#), em 17.08.2021.